

Relatório de

Análise das Metas e Demandas Estratégicas do TRT-PR

Janeiro a março de 2026

Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos
Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística
trt9.jus.br/estrategia

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2026	3
Faróis de Desempenho das Metas Nacionais	4
METAS DE NATUREZA PROCESSUAL	5
Julgar mais processos que os distribuídos	6
Julgar processos mais antigos (Parte 1)	7
Julgar processos mais antigos (Parte 2)	8
Estimular a conciliação	9
Reduzir a Taxa de Congestionamento	10
Impulsionar as execuções extintas por satisfação da obrigação	11
Impulsionar processos à execução	12
METAS DE NATUREZA NÃO PROCESSUAL	13
Estimular a inovação no Poder Judiciário	14
Promover a saúde de magistrados e servidores	15
Promover a equidade racial na Justiça do Trabalho	16
Promover a cooperação judiciária	17
Promover os direitos da criança e do adolescente	18
METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	19
OUTRAS DEMANDAS DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA	21
Levantamento de Governança	22
Ranking da Transparência do Poder Judiciário	23
Prêmio CNJ de Qualidade	24
Prestação de Contas e Relatório de Gestão	25
INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTATOS	26
Elaboração	26
Contato	26
Apêndice I – Índice de Alcance das Metas	26
Apêndice II – Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais e Iniciativas Estratégicas	26

*Este relatório visa apresentar a situação do TRT-PR nas **Metas Nacionais** e nas demandas relacionadas à **Governança** e à **Estratégia** do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Contas da União.*

Curitiba, 27 de abril de 2026.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2026

O [Plano Estratégico Institucional \(PEI\) do TRT-PR](#) ciclo 2021-2026, aprovado pela [RA Tribunal Pleno 68/2021](#), foi atualizado pela [RA Tribunal Pleno 01/2026](#).

A Gestão Estratégica do TRT-PR segue as diretrizes da [Resolução CNJ 325/2020](#), tendo efeito de Política para o Tribunal. A Metodologia de Gestão Estratégica do TRT-PR segue o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, [Resolução CSJT 387/2024](#) que revogou a [Resolução CSJT 259/2020](#).

Para a construção do PEI foram consideradas as orientações do CSJT denominadas Regras de Ouro para o Desdobramento da Estratégia 2021-2026, que podem ser consultadas no [Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026](#). O Plano é revisado anualmente considerando as metas aprovadas no Encontro Nacional do Poder Judiciário, podendo também ser incluídas alterações decorrentes de orientações do CNJ, CSJT ou do próprio Regional.

MAPA ESTRATÉGICO



Faróis de Desempenho das Metas Nacionais

Para apresentar a situação atual do cumprimento das Metas Nacionais, visando o entendimento de uma forma mais didática, os status de cada Meta são apresentados por meio de faróis de desempenho.

Nos Relatórios **durante o exercício** são 3 os faróis:

Cumprida ✓

Representa que a Meta está completamente cumprida e que não são necessárias mais ações para o cumprimento, independentemente se o exercício ainda está em andamento.

Em cumprimento (acima da meta) ⚠

Representa que, considerando os resultados até a presente data, a Meta é considerada cumprida, porém são necessárias ações para que o cumprimento seja mantido até o final do exercício.

Em cumprimento (abaixo da meta) ✘

Representa que, considerando os resultados até a presente data, a Meta não é considerada cumprida, porém há ações em andamento objetivando seu cumprimento até o final do exercício.

Já no Relatório de **fechamento do exercício** (ano completo) constarão apenas os 2 faróis:

Cumprida ✓

Não cumprida ✘

METAS DE NATUREZA PROCESSUAL

As Metas de Natureza Processual visam aferir o julgamento dos processos, a conciliação, a execução e a taxa de congestionamento. Estas metas impactam diretamente as unidades de 1º e 2º graus de jurisdição.

No 1º Grau o acompanhamento das metas é realizado pela Corregedoria Regional que, por meio do Selo de Excelência 2026, normatizado pelo [Edital SECOR 1/2026](#), e de diversos Painéis, disponibilizam às Varas do Trabalho o andamento das metas e quais processos as impactam. No 2º Grau o acompanhamento é realizado pela Presidência e pelo Gestor de Metas do TRT-PR.

Para subsidiar este relatório, a Coordenadoria de Estatística e Análise de Dados da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística disponibiliza mensalmente as informações referentes aos resultados das metas, que são também utilizadas para conferência das informações apresentadas nos Painéis Nacionais do CNJ e do CSJT.

As iniciativas estratégicas vinculadas aos objetivos do Plano Estratégico Institucional podem ser consultadas no [Painel Portfólio de Projetos Institucionais](#) (link interno) ou na página [Portfólio de Programas e Projetos Institucionais](#) no portal do Tribunal.

Apresentam-se a seguir as Metas de Natureza Processual e as respectivas situações de atendimento, considerando a publicação pelo CNJ do [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2026 versão 3](#) e pelo CSJT do [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2026 versão 4.4](#).

Julgar mais processos que os distribuídos

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Julgados (IPJ)

Meta Nacional 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2026, for menor que 40%.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 64,33%

Em cumprimento (abaixo da meta) ✘

Análise do resultado alcançado no período: Considerando o período de referência de janeiro a março, observa-se que em 2026, no 1º Grau, foi julgado um quantitativo de processos semelhante ao verificado no mesmo período do ano anterior, já o número de processos distribuídos apresentou um aumento de aproximadamente **6.200** processos. No 2º Grau, considerando o mesmo período, foram julgados em torno de **2.500** processos a menos que em relação ao ano anterior, sendo que o número de processos distribuídos teve um aumento em torno de **1.000** processos. A meta também não está sendo cumprida pela cláusula de barreira, sendo o resultado da Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento **71,02%** no período analisado. Conforme orientações do CSJT, a taxa de congestionamento deve ser aferida considerando apenas o ano atual e não os últimos doze meses, como era anteriormente.

Julgar processos mais antigos (Parte 1)

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ)

Meta Nacional 2: Identificar e julgar até 31/12/2026, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2026 ou que forem dessobrestados durante o ano de 2026, **pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024 nos 1º e 2º graus** e 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 94%

Resultado alcançado: 97,04%

Em cumprimento (acima da meta) ▲

Análise do resultado alcançado no período: No 1º Grau, o resultado alcançado foi de **97,14%**, refletindo o trabalho desenvolvido nos anos anteriores, reduzindo de forma gradativa o acervo de processos antigos. No 2º Grau, o cumprimento foi de **96,44%**. Destaca-se que a meta vem sendo cumprida desde o início do ano, sendo o resultado do Tribunal em janeiro **95,08%**. Historicamente, esta meta foi superada em agosto de 2021, em maio de 2022, em fevereiro de 2023, em janeiro de 2024 e em janeiro de 2025, considerando 1º e 2º graus.

Julgar processos mais antigos (Parte 2)

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ)

Meta Nacional 2: Identificar e julgar até 31/12/2026, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2026 ou que forem dessobrestados durante o ano de 2026, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024 nos 1º e 2º graus e **99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais.**

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 99%

Resultado alcançado: 28,57%

Em cumprimento (abaixo da meta) ❌

Análise do resultado alcançado no período: A Meta Nacional 2 está dividida em duas partes, sendo que a primeira parte trata dos processos antigos, idêntica à meta original elaborada em 2021, e a segunda parte trata dos processos mais antigos, pendentes de julgamento há 5 anos ou mais. Em relação à segunda parte, o resultado do 1º Grau foi de **20%** no período de referência, e o resultado do 2º Grau foi de **50%**, ambos não atendendo a meta.

Estimular a conciliação

Objetivo Estratégico: Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Indicador: Índice de Conciliação (IC)

Meta Nacional 3: Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 54,07%

Resultado alcançado: 50,34%

Em cumprimento pela cláusula de barreira (acima da meta) ▲

Análise do resultado alcançado no período: O TRT-PR tem alcançado excelentes resultados nesta meta em decorrência da cultura conciliatória que envolve partes e magistrados. No período analisado, embora não tenha atingido o valor esperado, o resultado alcançado ficou acima de 38%, sendo a meta considerada atingida para o período. O valor de referência para a meta de 2026 foi de **53,57%**, correspondente à média do biênio 2023/2024 alcançada pelo Tribunal. Quanto à abrangência, a meta aplica-se apenas ao 1º Grau e restringe-se à Fase de Conhecimento.

Reduzir a Taxa de Congestionamento

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCLNFISC)

Meta Nacional 5: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2025, ou alcançar taxas de, no máximo, 40% na fase de conhecimento e 45% na fase de execução.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 33,41%

Resultado alcançado*: 71,42%

Em cumprimento (abaixo da meta) ❌

Análise do resultado alcançado no período: Para a meta de 2026 foi definido como referência o resultado do ano anterior. Em 2025, a taxa de congestionamento foi de **33,91%**. A meta não está sendo cumprida em ambas as instâncias, sendo os resultados obtidos no período **72,33%** no 1º Grau e **67,03%** no 2º Grau. Também não está sendo cumprida pela cláusula de barreira, sendo a Taxa de Congestionamento do Tribunal na Fase de Conhecimento **71,02%** e na Fase de Cumprimento de Sentença **71,10%**, que considera as etapas de liquidação e execução forçada. Conforme orientações do CSJT, a taxa de congestionamento deve ser aferida considerando apenas o ano atual e não mais os últimos doze meses, como era anteriormente.

**Meta com polaridade invertida, quanto menor o resultado alcançado, melhor.*

Impulsionar as execuções extintas por satisfação da obrigação

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de execuções extintas por satisfação da obrigação (IEESO)

Meta Específica 3 da Justiça do Trabalho: Aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior ou alcançar, no mínimo, 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: Em análise*

Resultado alcançado: Em análise

** Indicador não existia nos anos anteriores, e não foram disponibilizados os scripts de consulta ao Sistema e-Gestão pelo CSJT para cálculo da meta até a presente data.*

Impulsionar processos à execução

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Extinção na fase de Cumprimento de Sentença (IECS)

Meta Institucional: Extinguir quantidade maior de processos na fase de cumprimento de sentença do que o total de processos que ingressaram nessa fase no ano corrente.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 117,77%

Em cumprimento (acima da meta) ▲

Análise do resultado alcançado no período: Em 2026 foi estabelecido o Desafio 8 do Selo de Excelência da Corregedoria Regional para fomentar o atendimento da meta. No período, foram identificados **23.666** processos na fase em cumprimento de sentença e foram extintos **27.872** processos. Observa-se que, nos últimos anos, as unidades têm sistematicamente extinguido mais execuções do que as iniciadas.

METAS DE NATUREZA NÃO PROCESSUAL

As Metas de Natureza não Processual impactam direta ou indiretamente todo o Tribunal e sua imagem institucional, pois se comunicam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e objetivam a qualidade de vida de magistrados e servidores. Estas metas são monitoradas pela Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos.

Apresentam-se a seguir as Metas de Natureza não Processual em concordância com o [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2026 versão 3](#) e pelo CSJT do [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2026 versão 4.4](#).

Estimular a inovação no Poder Judiciário

Objetivo Estratégico: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Indicador: Índice de Inovação (II)

Meta Nacional 9: Desenvolver, no ano de 2026, dois projetos inovadores, um com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), e um com foco na melhoria organizacional (processos internos), relacionados a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a partir dos Laboratórios de Inovação de ao menos duas instituições públicas.

Responsável: Laboratório de Inovação

Aferição: 30/05, 31/08 e 31/10

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: Em análise*

** Indicador não aferido até a presente data.*

Promover a saúde de magistrados e servidores

Objetivo Estratégico: Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação

Indicador: Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores (IPSMS)

Meta Específica 1 da Justiça do Trabalho: Instruir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2025: a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) no TRT e de 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas; b) a realização de exames periódicos de saúde em 15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as); c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior; d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes.

Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESPE)

Aferição: Quadrimestral

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: Em análise*

** Indicador não aferido até a presente data.*

Promover a equidade racial na Justiça do Trabalho

Objetivo Estratégico: Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação

Indicador: Índice de promoção da equidade racial da Justiça do Trabalho (IPERJT)

Meta Específica 2 da Justiça do Trabalho: Aumentar o Índice de Promoção da Equidade Racial (IPERJT) em 5% em relação ao desempenho de 2025, ou alcançar, no mínimo, 50% da pontuação geral do IPERJT.

Responsável: Coordenadoria de Sustentabilidade

Aferição: Anual

Resultado esperado: 47,25%

Resultado alcançado: Em análise*

** Indicador não aferido até a presente data.*

Promover a cooperação judiciária

Objetivo Estratégico: Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Indicador: Índice de promoção da cooperação judiciária (IPCJ)

Meta Específica 4 da Justiça do Trabalho: 1. Implantar, em cada estado, Comitê Executivo Estadual composto por representantes de cada um dos ramos do Poder Judiciário, conforme previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 350/2020. 2. Celebrar pelo menos 1 (um) acordo com instituições parceiras para a prevenção e a resolução consensual de litígios.

Responsável: Corregedoria

Aferição: Quadrimestral

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: Em análise*

** Indicador não aferido até a presente data.*

Promover os direitos da criança e do adolescente

Objetivo Estratégico: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Indicador: Índice de Combate ao Trabalho Infantil (ICTI)

Meta Específica 5 da Justiça do Trabalho: Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação atinente ao programa, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais.

Responsável: Coordenadoria do Programa de Combate ao Trabalho Infantil do TRT-PR (PCTIR)

Aferição: Quadrimestral

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: Em análise*

** Indicador não aferido até a presente data.*

METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

As Metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho foram aprovadas em 2024, quando da revisão do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho ciclo 2021-2026, aprovada pela [Resolução CSJT 388/2024](#), que alterou a [Resolução CSJT 290/2021](#).

A aferição destas metas ocorrerá em periodicidades específicas, sendo que as primeiras aferições do exercício estão previstas para **30/04/2026**.

Apresentam-se a seguir as Metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho em concordância com o [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2026 versão 4.4](#).

Indicador	Meta 2026	Apuração
Índice de Satisfação (IS)	A ser definida a partir da linha de base	A definir
Índice de Ações Integradas de Comunicação Social (IAIC)	Aderir a 100% das ações conjuntas de comunicação social definidas no Calendário Nacional Anual de Ações Conjuntas de Comunicação Social da Justiça do Trabalho	Quadrimestral
Índice de Divulgação de Memória Institucional (IDMI)	- Alcançar 75% do índice de divulgação de memória institucional até junho de 2026 - Alcançar 100% do índice de divulgação de memória institucional até dezembro de 2026	Semestral
Índice de Desempenho do Trabalho Decente (IDTD)	Alcançar 100% de desempenho do trabalho decente	Quadrimestral
Índice de desempenho ambiental (IDA)	A ser definida a partir dos dados identificados em 2025	Quadrimestral
Índice de capacitação em precedentes obrigatórios (ICPO)	Capacitar 25% dos magistrados e servidores do 2º grau de jurisdição e 15% dos magistrados e servidores do 1º grau de jurisdição na trilha de aprendizagem de precedentes obrigatórios disponibilizada em plataforma	Quadrimestral
Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública (IEAMGP)	Alcançar 100% de efetividade das ações de melhoria da governança definidas no Relatório Sintético da Governança Organizacional Pública 2026 da Justiça do Trabalho	Quadrimestral
Índice de cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023 (ICLC200)	Pagar até o limite de 100% das despesas primárias, inclusive seus restos a pagar, ao final do exercício financeiro	Mensal
Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária (IAPEX)	Atingir, respectivamente, 95% e 75% de aderência ao planejamento da execução orçamentária do GND 3 e do GND 4	Quadrimestral
Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos (IAPEP)	Atingir 75% de aderência ao planejamento da execução orçamentária de projetos	Quadrimestral
Índice de efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação (IEPEVAD)	Alcançar 25 pontos na avaliação de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação para o item D4.1, até dezembro de 2026	Semestral
Índice de Conformidade com a Privacidade e Proteção de Dados dos Usuários (ICPPDU)	A ser definida a partir da linha de base	Quadrimestral

OUTRAS DEMANDAS DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Além das Metas Nacionais, a Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE) gerencia diversos outros temas relacionados à Governança e à Estratégia do TRT-PR, temas estes demandados pelos órgãos superiores (CNJ, CSJT e TST) e de controle (TCU):

- Levantamento de Governança;
- Ranking da Transparência do Poder Judiciário;
- Prêmio CNJ de Qualidade;
- Prestação de Contas e Relatório de Gestão.

A principal ferramenta desenvolvida para este controle é o painel [Gestão de Demandas Estratégicas do TRT-PR](#) (link interno), o qual permite o acompanhamento dos mais de 900 Itens de Controle que compõem os temas mencionados acima, bem como a identificação de responsáveis e análise perante outros Regionais.

Estes temas impactam direta ou indiretamente todo o Tribunal, sua imagem institucional e a conformidade com as determinações dos órgãos superiores e de controle.

Levantamento de Governança

O levantamento iESGo 2024 – índice ESG (*Environmental, Social and Governance*) teve como objetivo avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados ao TCU em relação às práticas ESG. O novo questionário, gerado a partir da reformulação do questionário do iGG utilizado até 2021, teve como desafio integrar a avaliação dos processos de governança e gestão aos de responsabilidade ambiental e sustentabilidade. O questionário de **autoavaliação** iESGo abordou os temas: liderança, estratégia, controle, gestão de pessoas, gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação, gestão de contratações, gestão orçamentária, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social.

Aferição: Trienal (conforme histórico das últimas realizações: 2018, 2021 e 2024)

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 518

Itens de Controle atendidos: 433

Status da Demanda: concluída

Resultado alcançado: 74,9% (iESGo - Índice Governança, Sustentabilidade e Gestão)

Análise do resultado alcançado no período: Após respondido, o questionário resulta em diversos índices, a seguir apresenta-se o desempenho do TRT-PR nos principais:

Índice	Resultado
Governança, Sustentabilidade e Gestão (iESGo)	74,9%
Governança Pública (iGovPub)	83,8%
Governança de Pessoas (iGovPessoas)	87,0%
Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI)	84,2%
Governança de Contratações (iGovContratações)	77,6%
Governança Orçamentária (iGovOrçament)	91,2%
Governança de Sustentabilidade Ambiental (iGovSustentAmb)	46,1%
Governança de Sustentabilidade Social (iGovSustentSocial)	41,7%

Informações adicionais:

[Página de Governança Pública Organizacional no portal do TCU](#)

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário é avaliado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada. Em 2026, conforme [Portaria CNJ 468/2025](#), os itens sob avaliação foram distribuídos em onze temas: Gestão; Audiências e Sessões; Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); Ouvidoria; Tecnologia da Informação e Comunicação; Gestão Orçamentária e Financeira; Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação; Gestão de Pessoas; Auditoria e Prestação de Contas; Sustentabilidade; e Acessibilidade.

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 83 *(95, considerando itens gerenciados por mais de uma unidade)*

Itens de Controle com previsão de atendimento: 83

Status da Demanda: em andamento

Resultado alcançado: aguardando o resultado preliminar do CNJ

Análise do resultado alcançado no período: Ainda em 2025, foi iniciado o projeto “*Aprimorar a Transparência 2026*”, visando melhoria na prestação de informações no portal institucional. Durante o mês de março, a SGE procedeu com reestruturação da [Página da Transparência](#), para aderência ao Glossário do Ranking 2026, e ainda realizou a análise e a conferência dos itens atualizados pelas unidades responsáveis, com eventuais contatos e suporte para ajustes. A avaliação dos itens pelo CNJ está em andamento de abril até maio. A divulgação do resultado preliminar do Ranking está prevista para junho e a divulgação do resultado final para agosto. A previsão é que sejam atendidos todos os 83 itens pelo Tribunal.

Informações adicionais:

[Aprimorar a Transparência 2026](#)

Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao Selo Justiça em Números, aferido desde 2013. A elaboração é realizada anualmente por determinação do CNJ e envolve todas as unidades do TRT-PR. Em 2026, conforme [Portaria CNJ 471/2025](#), os itens sob avaliação estão distribuídos em quatro temas: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia.

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 86 (122, considerando itens gerenciados por mais de uma unidade)

Itens de Controle com previsão de atendimento: em análise

Status da Demanda: em andamento

Resultado alcançado: a avaliação do CNJ será realizada em agosto de 2026

Análise do resultado alcançado no período: Em 2025 iniciou-se o projeto “[Prêmio CNJ de Qualidade 2026](#)”, com o objetivo de aprimorar a qualidade da gestão administrativa e judiciária, a produção de dados estatísticos e a transparência das informações, e consequentemente atender o maior número de itens da Edição 2026. No mês de fevereiro foi realizada reunião com as unidades responsáveis pelos itens de controle, com a participação do Desembargador Presidente do Tribunal e da Juíza Auxiliar da Presidência, na qual ressaltou-se a importância do atendimento dos normativos relacionados ao Prêmio, visando melhorar a qualidade e eficiência dos serviços oferecidos pelo Tribunal. Em março, as áreas informaram o atendimento de seus itens à SGE, que efetuou uma avaliação inicial. No mês de abril, foram realizadas reuniões por eixo temático com as áreas responsáveis. Em maio, a SGE seguirá acompanhando, prestando suporte e colaborando com a continuidade do cumprimento dos planos de ação pelas unidades responsáveis.

Informações adicionais:

[Projeto Prêmio CNJ de Qualidade 2026](#)

Prestação de Contas e Relatório de Gestão

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da [Instrução Normativa 84/2020](#) e da [Decisão Normativa 198/2022](#), estabelece diretrizes para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal. Os itens sob avaliação estão distribuídos em diversos temas como: Relatório de Gestão; Gestão Estratégica; Supervisão, Controle e Correição; Auditoria; Estrutura Organizacional, Cargos e Contatos; Gestão Orçamentária e Financeira, e; Ouvidoria.

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 102

Itens de Controle atendidos: 102

Itens de Controle em atendimento: 0

Status da Demanda: concluída

Resultado alcançado: atendidos todos os itens e disponibilizadas as informações no portal institucional

Análise do resultado alcançado no período: Os itens para Prestação de Contas e o Relatório de Gestão foram publicados no portal institucional conforme determinam os normativos. Para garantir e aprimorar o processo, a Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística tem atuado junto às unidades na coleta das informações e apresentação no site do TRT-PR. O conteúdo e atendimento legal, bem como o envio aos órgãos superiores e de controle, de responsabilidade de cada uma das unidades em relação aos seus respectivos itens.

Informações adicionais:

[Relatórios de Gestão TRT-PR](#)

[Página Prestação de Contas no portal do TRT-PR](#)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTATOS

[Página da Governança e Estratégia no portal do TRT-PR](#)

[Página Prestação de Contas no portal do TRT-PR](#)

[Painel Gestão de Demandas Estratégicas](#) (link interno)

[Painel Portfólio de Projetos Institucionais](#) (link interno)

Elaboração

Luiz Henrique Tacconi

Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

Contato

Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - sg@trt9.jus.br

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Curitiba/PR

Apêndice I – Índice de Alcance das Metas

Apêndice II – Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais e Iniciativas Estratégicas

Apêndice I – Índice de Alcance das Metas

Índice de Alcance das Metas (IAM) - Janeiro a março de 2026 Metas Nacionais do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Plano Estratégico Institucional						
Indicador	Meta (Natureza Processual)	Situação	Percentual de Cumprimento (PC)	Valor do Percentual de Cumprimento (VPC)	Peso da Meta	Total
Índice de Processos Julgados (IPJ)	Julgar mais processos que os distribuídos: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2026, for menor que 40%. (Meta Nacional 1)	Em cumprimento (abaixo da meta)	64,32%	0	2	0
Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ)	Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar até 31/12/2026, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2026 ou que forem dessobrestados durante o ano de 2026, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024 nos 1º e 2º graus. (Meta Nacional 2 - Parte 1)	Em cumprimento (acima da meta)	103,22%	3	2	6
	Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar até 31/12/2026, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2026 ou que forem dessobrestados durante o ano de 2026, nos 1º e 2º graus, pelo menos 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais. (Meta Nacional 2 - Parte 2)	Em cumprimento (abaixo da meta)	28,57%	0	2	0
Índice de Conciliação (IC)	Estimular a conciliação: Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação. (Meta Nacional 3)	Em cumprimento pela cláusula de barreira (acima da meta)	100,00%	3	2	6
Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCLNFISC)	Reduzir a taxa de congestionamento: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2025, ou alcançar taxas de, no máximo, 40% na fase de conhecimento e 45% na fase de execução. (Meta Nacional 5)	Em cumprimento (abaixo da meta)	46,78%	0	2	0
Índice de execuções extintas por satisfação da obrigação (IEESO)	Impulsionar as execuções extintas por satisfação da obrigação: Aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior ou alcançar, no mínimo, 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais. (Meta Específica 3 da Justiça do Trabalho)	Em análise	Em análise	0	2	6
Índice de Extinção na fase de Cumprimento de Sentença (IECS)	Impulsionar processos à execução: Extinguir quantidade maior de processos na fase de cumprimento de sentença do que o total de processos que ingressaram nessa fase no ano corrente. (Meta Institucional)	Em cumprimento (acima da meta)	117,77%	3	2	6
Indicador	Meta (Natureza Não Processual)	Situação	Percentual de Cumprimento (PC)	Valor do Percentual de Cumprimento (VPC)	Peso da Meta	Total
Índice de inovação (II)	Estimular a inovação no Poder Judiciário: Desenvolver, no ano de 2026, dois projetos inovadores, um com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), e um com foco na melhoria organizacional (processos internos), relacionados a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a partir dos Laboratórios de Inovação de ao menos duas instituições públicas. (Meta Nacional 9)	Em análise	Em análise	0	1	0
Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores (IPSMS)	Promover a saúde de magistrados e servidores: Instituir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2026: a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) e de pelo menos 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos, no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas; b) a realização de exames periódicos de saúde em pelo menos 15% dos(as) magistrados(as) e em pelo menos 15% dos(as) servidores(as); c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior; d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes. (Meta Específica 1 da Justiça do Trabalho)	Em análise	Em análise	0	1	0
Índice de promoção da equidade racial da Justiça do Trabalho (IPERJT)	Promover a equidade racial na Justiça do Trabalho: Aumentar o índice de Promoção da Equidade Racial (IPERJT) em 5% em relação ao desempenho de 2025, ou alcançar, no mínimo, 50% da pontuação geral do IPERJT. (Meta Específica 2 da Justiça do Trabalho)	Em análise	Em análise	0	1	0
Índice de promoção da cooperação judiciária (IPCJ)	Promover a cooperação judiciária: 1. Implantar, em cada estado, Comitê Executivo Estadual composto por representantes de cada um dos ramos do Poder Judiciário, conforme previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 350/2020. 2. Celebrar pelo menos 1 (um) acordo com instituições parceiras para a prevenção e a resolução consensual de litígios. (Meta Específica 4 da Justiça do Trabalho)	Em análise	Em análise	0	1	0
Índice de combate ao trabalho infantil (ICTI)	Promover os direitos da criança e do adolescente: Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação de combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem, preferencialmente, voltada à promoção da equidade racial, de gênero ou diversidade do público-alvo, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais. (Meta Específica 5 da Justiça do Trabalho)	Em análise	Em análise	0	1	0
Resultados			Resultado Esperado		Resultado Atual	
Índice de Alcance das Metas (IAM)			57		24	
Percentual de Cumprimento do IAM			100%		42%	
FÓRMULA DE CÁLCULO						
Valor do Percentual de Cumprimento (VPC) Se PC >= 100%, ou atendimento pela Cláusula de Barreira, então VPC = 3 Se PC >= 90% e PC < 100%, então VPC = 2 Se PC >= 80% e PC < 90%, então VPC = 1 Se PC < 80%, então VPC = 0						
Peso das Metas Metas de Natureza Processual, Peso=2 Metas de Natureza Não Processual, Peso=1						
O Índice de Alcance das Metas (IAM) representa a soma dos totais de todas as metas, tendo o valor máximo de 57 em 2026						
Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026 Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos - Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - TRT-PR						



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

Vetor nº 361657

Informação SGE 40/2026 (ID 18292592)

Curitiba, 14 de abril de 2026.

Assunto: Resultados do TRT-PR nas Metas do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Plano Estratégico Institucional no período de janeiro a março de 2026.

Considerando,

- a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 instituída pela [Resolução CNJ 325/2020](#);
- o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, instituído por meio da [Resolução CSJT 387/2024](#), que revoga a [Resolução CSJT 259/2020](#);
- a [Resolução CSJT 290/2021](#), que aprova o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2021 a 2026, alterada pela [Resolução CSJT 388/2024](#);
- o [Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021 a 2026 - Exercício 2026](#), publicado pelo CSJT;
- o [Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026 - Revisão 2025](#) aprovado pela [RA Tribunal Pleno 1/2026](#), até que seja publicada a revisão 2026;
- as [Metas Nacionais](#) e as [Metas Específicas](#) aprovadas para o ano de 2026 no 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- o [Glossário dos Indicadores de Desempenho da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026](#), publicado pelo CNJ;
- o [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2026 versão 3](#), publicado pelo CNJ;
- o [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho - Exercício 2026 versão 4.4](#), publicado pelo CSJT;
- o [Painel Metas Nacionais do Poder Judiciário 2026](#), disponibilizado pelo CNJ, que utiliza a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud);
- que ainda não foi disponibilizado pelo CSJT o Painel de Gestão de Metas da Justiça do Trabalho - Ano 2026, que utiliza dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão);
- as consultas realizadas no [Painel Cumprimento das Metas Processuais 2026 \(PEI 2021-2026\)](#) e no [Painel Metas Judiciárias 2026](#), registradas no anexo [Consulta Painéis de Metas em 09/04/2026](#);



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

- que a aferição das Metas não Processuais do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho ocorrerá em periodicidades específicas, sendo que as primeiras aferições do exercício estão previstas para 30/04/2026;
- que a Meta Específica 3 da Justiça do Trabalho não existia nos anos anteriores, e que não foram disponibilizados os *scripts* de consulta ao Sistema e-Gestão pelo CSJT para cálculo da meta até a presente data;
- a [Informação SGE 35/2026 \(ID 18178458\)](#), com os parâmetros de referência do Índice de conciliação, da Taxa de congestionamento líquida, do Índice de execuções extintas por satisfação da obrigação e do Índice de extinção na fase de cumprimento de sentença para o ano de 2026;
- que os dados apresentados nesta Informação consideram a **versão 3.5 do extrator do Sistema e-Gestão** e são baseados nos sistemas internos do TRT-PR, sendo que eventuais diferenças conceituais em relação aos sistemas nacionais podem ocasionar apurações díspares;
- o [Provimento GCGJT 004/2023](#), que em seu Art. 189 §2º define: "*os erros materiais porventura existentes nas informações disponibilizadas mensalmente no Sistema e-Gestão poderão ser corrigidos até 1º de março do ano subsequente ao ano de referência das informações*", podendo ocasionar, portanto, eventuais alterações nos resultados do TRT-PR nas referidas Metas.

Informam-se, a seguir, os resultados alcançados pelo TRT-PR nas Metas do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho no período de **janeiro a março de 2026**. As iniciativas estratégicas vinculadas aos objetivos do Plano Estratégico Institucional podem ser consultadas na página [Portfólio de Programas e Projetos Institucionais](#).

Tatiane Centeno Prestes
Chefe da Seção de Estratégia

Luiz Henrique Tacconi
Coordenador da Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Plano Estratégico Institucional Janeiro a março de 2026

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta (Natureza Processual)	Abrangência	Resultado esperado	Resultado alcançado	Atendimento
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Processos Julgados (IPJ)	Julgar mais processos que os distribuídos: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2026, for menor que 40%. (Meta Nacional 1)	1º Grau	100,00%	66,95%	Em cumprimento (abaixo da meta)
			2º Grau		56,44%	
			Tribunal		64,33%	
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ)	Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar até 31/12/2026, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2026 ou que forem dessobrestados durante o ano de 2026, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024 nos 1º e 2º graus e 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais. (Meta Nacional 2)	1º Grau	Parte 1: 94%	97,14%	Em cumprimento (acima da meta)
			2º Grau		96,44%	
			Tribunal		97,04%	
Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Índice de Conciliação (IC)	Estimular a conciliação: Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação. (Meta Nacional 3)	1º Grau	54,07%	50,34%	Em cumprimento pela cláusula de barreira (acima da meta)
			2º Grau		50,00%	
			Tribunal		28,57%	
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCLNFISC)	Reduzir a taxa de congestionamento: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2025, ou alcançar taxas de, no máximo, 40% na fase de conhecimento e 45% na fase de execução. (Meta Nacional 5)	1º Grau	33,47%	72,33%	Em cumprimento (abaixo da meta)
			2º Grau	33,13%	67,03%	
			Tribunal	33,41%	71,42%	
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de execuções extintas por satisfação da obrigação (IEESO)	Impulsionar as execuções extintas por satisfação da obrigação: Aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior ou alcançar, no mínimo, 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais. (Meta Específica 3 da Justiça do Trabalho)	Tribunal	<i>Em análise</i>	<i>Em análise</i>	<i>Em análise</i>
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Extinção na fase de Cumprimento de Sentença (IECS)	Impulsionar processos à execução: Extinguir quantidade maior de processos na fase de cumprimento de sentença do que o total de processos que ingressaram nessa fase no ano corrente. (Meta Institucional - Desafio 8 do Selo de Excelência 2026)	1º Grau	100,00%	117,77%	Em cumprimento (acima da meta)
Objetivo Estratégico	Indicador	Meta (Natureza não Processual)	Abrangência	Resultado esperado	Resultado alcançado	Atendimento
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de inovação (II)	Estimular a inovação no Poder Judiciário: Desenvolver, no ano de 2026, dois projetos inovadores, um com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), e um com foco na melhoria organizacional (processos internos), relacionados a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a partir dos Laboratórios de Inovação de ao menos duas instituições públicas. (Meta Nacional 9)	Tribunal	100%	<i>Em análise</i>	<i>Em análise</i>
Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação	Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores (IPSMS)	Promover a saúde de magistrados e servidores: Instituir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2026: a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) e de pelo menos 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos, no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas; b) a realização de exames periódicos de saúde em pelo menos 15% dos(as) magistrados(as) e em pelo menos 15% dos(as) servidores(as); c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior; d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes. (Meta Específica 1 da Justiça do Trabalho)	Tribunal	100%	<i>Em análise</i>	<i>Em análise</i>
Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação	Índice de promoção da equidade racial da Justiça do Trabalho (IPERJT)	Promover a equidade racial na Justiça do Trabalho: Aumentar o índice de Promoção da Equidade Racial (IPERJT) em 5% em relação ao desempenho de 2025, ou alcançar, no mínimo, 50% da pontuação geral do IPERJT. (Meta Específica 2 da Justiça do Trabalho)	Tribunal	47,25%	<i>Em análise</i>	<i>Em análise</i>
Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Índice de promoção da cooperação judiciária (IPCJ)	Promover a cooperação judiciária: 1. Implantar, em cada estado, Comitê Executivo Estadual composto por representantes de cada um dos ramos do Poder Judiciário, conforme previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 350/2020. 2. Celebrar pelo menos 1 (um) acordo com instituições parceiras para a prevenção e a resolução consensual de litígios. (Meta Específica 4 da Justiça do Trabalho)	Tribunal	100%	<i>Em análise</i>	<i>Em análise</i>
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de combate ao trabalho infantil (ICTI)	Promover os direitos da criança e do adolescente: Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação atinente ao programa, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais. (Meta Específica 5 da Justiça do Trabalho)	Tribunal	100%	<i>Em análise</i>	<i>Em análise</i>

Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026
Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos - Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - TRT-PR

- a Meta Nacional 5 possui polaridade invertida, ou seja, quanto menor o resultado, melhor
- os valores das Cláusulas de Barreira nas Metas 1 e 5, bem como os quantitativos de processos, constam na próxima página
Atualizado em 10/04/2026 considerando informações prestadas pela Coordenadoria de Estatística e Análise de Dados e demais unidades responsáveis

Informações Complementares das Metas de Natureza Processual Janeiro a março de 2026

Meta Nacional 1 - Julgar mais processos que os distribuídos

Parâmetro	1º Grau	2º Grau	Tribunal
Processos Julgados	27.462	7.700	35.162
Processos Distribuídos	41.017	13.643	54.660
Cláusula de Barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento	71,02%		
Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento nos últimos 12 meses	35,42%		
Resultado da Meta	64,33%		

Meta Nacional 2 - Julgar processos mais antigos

Parâmetro - Parte 1	1º Grau	2º Grau	Tribunal
Processos Antigos Julgados (2024)	47.674	8.585	56.259
Processos Antigos Distribuídos Líquidos (2024)	49.076	8.902	57.978
Resultado da Meta	97,04%		
Parâmetro - Parte 2	1º Grau	2º Grau	Tribunal
Processos Antigos Julgados (2021)	1	1	2
Processos Antigos Distribuídos Líquidos (2021)	5	2	7
Resultado da Meta	28,57%		

Meta Nacional 3 - Estimular a conciliação

Parâmetro	1º Grau (Tribunal)
Processos Solucionados Conciliação	12.670
Processos Solucionados	25.169
Referência: Média do Biênio 2023/2024	53,57%
Resultado da Meta	50,34%

Meta Nacional 5 - Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais

Parâmetro	1º Grau	2º Grau	Tribunal
Processos Pendentes de Baixa	138.716	26.929	165.645
Processos Baixados	53.057	13.257	66.314
Referência: Taxa de Congestionamento Líquida 2025 (exceto execuções fiscais)	33,91%		
Cláusula de Barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento	71,02%		
Cláusula de Barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Execução	71,10%		
Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento nos últimos 12 meses	35,42%		
Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Execução nos últimos 12 meses	36,21%		
Resultado da Meta considerando os últimos 12 meses	36,18%		
Resultado da Meta (a partir de janeiro, conforme glossário do CSJT)	71,42%		

Meta Institucional - Impulsionar processos à execução

Parâmetro	1º Grau
Número total de casos novos de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial distribuídos no mês de referência	23.666
Número total de extinções em processos em Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial distribuídos no mês de referência	27.872
Resultado da Meta	117,77%

Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026
Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos - Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - TRT-PR

Atualizado em 10/04/2026